

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 513.360 - SP (2019/0158611-5)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : ANTONIO APARECIDO FRANCO DE MORAES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : ANTONIO APARECIDO FRANCO DE MORAES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado de **próprio punho** por ANTÔNIO APARECIDO FRANCO DE MORAES, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, nos autos da apelação criminal n. 0000322-19.2000.4.03.6105.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, às penas de 19 (dezenove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime fechado, além de 1128 (mil, cento e vinte e oito) dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, inciso I, e 288, parágrafo único, ambos do Código Penal, em concurso material de crimes (art. 69, do CP) (fls. 21-47).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, deu parcial provimento ao apelo defensivo apenas para reduzir a pena pecuniária para 94 dias-multa, consoante voto condutor do v. acórdão de e-STJ fls. 206-233).

Dai o presente **writ**, onde ao impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na análise da dosimetria das penas que lhe foram impostas.

A Defensoria Pública da União, às fls. 334-336, manifestou-se pelo deferimento do pedidos constantes do presente **habeas corpus**.

Requer, **liminarmente**, a concessão da ordem para que se proceda a reanálise da dosimetria operada pelas instâncias ordinárias, reduzindo a

Superior Tribunal de Justiça

pena-base para o mínimo legal.

É o breve relatório.

Decido.

Inicialmente, insta consignar que a Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso pertinente (v.g.: HC 109.956/PR, Rel. Min. **Marco Aurélio**, DJe de 11/9/2012; RHC 121.399/SP, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 1º/8/2014 e RHC 117.268/SP, Rel. Min. **Rosa Weber**, DJe de 13/5/2014).

As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC 284.176/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe de 2/9/2014; HC 297.931/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 28/8/2014; HC 293.528/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 4/9/2014 e HC 253.802/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 4/6/2014).

Portanto, não se admite mais a utilização de **habeas corpus** substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração.

Entretanto, no caso de flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, a jurisprudência recomenda a concessão da ordem de ofício.

Cotejando os autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados

Superior Tribunal de Justiça

constantes dos autos.

Ante o exposto, **denego, pois, a liminar.** Retornem-se os autos concluso para julgamento do mérito.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator

